FILHOS DO DIVÓRCIO: impactos psicológicos na criança e no adolescente em situações de conflito por separação conjugal

Emilly Laura dos Anjos Santiago
laurasantiago.psi@hotmail.com

Profa. Ma. Heridane Patrícia Ferreira
heridane.ferreira@unirios.edu.br

RESUMO

Este artigo é resultado de uma monografia de bacharelado em psicologia, que tem como objetivo apresentar o divórcio litigioso e suas consequências, tendo em vista que, é um processo longo e complexo que envolve múltiplas mudanças e tem se tornado mais presente nos últimos tempos. Logo, há a necessidade de promover a saúde dos componentes da família, em especial a saúde da criança e do adolescente que, dentro do processo de divórcio litigioso podem passar por diversos traumas e dificuldades em seu processo de desenvolvimento, seja ele psicológico, físico e ou social. Este estudo teve o intuito de elucidar como a psicologia jurídica pode contribuir nos casos de crianças e adolescentes vítimas do conflito por divórcio litigioso. Para tanto, foi realizada pesquisa do tipo bibliográfica, por meio de buscas on-line em plataformas científicas, sendo coletados 32 (trinta e dois) artigos e destes, apenas, 7 (sete) foram utilizados para compor a análise e discussão dos resultados. O estudo identificou o quanto a guarda compartilhada e a psicologia é fundamental e interventiva em situações de divórcio.

Palavras-chave: Divórcio. Psicologia Jurídica. Mediação familiar.

ABSTRACT

This article is the result of a bachelor's degree monograph in psychology, which aims to present litigious divorce and its consequences, considering that it is a long and complex process that involves multiple changes and has become more present in recent times. Then there is the need to promote the health of family members, in especially the health of children and adolescents who, within the process of contested divorce may go through various traumas and difficulties in their development process, be it psychological, physical or social. This is a study aimed to elucidate how legal psychology can contribute to the cases of children and adolescents who were victims of conflict due to a contentious divorce. For so much, a bibliographical research was carried out, through online searches in scientific platforms, being collected 32 (thirty two) articles and of these, only, 7 (seven) were used to compose the analysis and discussion of the results. The study identified how shared custody and psychology is fundamental and intervening in divorce situations.

Keywords: Divorce. Legal Psychology. Family Mediation.

RESUMEN

Este artículo es resultado de una monografía de licenciatura en psicología cuyo

objetivo es presentar el divorcio contencioso y sus consecuencias, considerando que es un proceso largo y complejo con múltiples cambios y que se ha vuelto más presente en los últimos tiempos. Así que surge la necesidad de promover la salud de los familiares, especialmente la de niños y adolescentes que, en el divorcio contencioso, pueden experimentar traumas y dificultades en su desarrollo, ya sea psicológico, físico y/o social. Este estudio tuvo como objetivo dilucidar cómo la psicología jurídica puede contribuir en los casos de niños y adolescentes víctimas de conflicto por divorcio contencioso. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica, a través de búsquedas en línea en plataformas científicas, recogiendo 32 (treinta y dos) artículos y de ellos, sólo 7 (siete) sirvieron para componer el análisis y discusión de los resultados. El estudio identificó cuán fundamentales e intervinientes son la custodia compartida y la psicología en situaciones de divorcio.

Palabras clave: Divorcio. Psicología Jurídica. Mediación Familiar.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade há um grande índice de divórcios, gerando grandes mudanças em crianças e adolescentes, sejam elas ambientais ou psicológicas como ansiedade, depressão, dificuldades na aprendizagem e sofrimento decorrente da ausência/perda de um dos genitores, podendo gerar muitos conflitos para essas crianças vítimas deste processo (TOLOI, 2006). Em seu escopo a presente pesquisa visa um estudo bibliográfico que traz a necessidade de construir uma rede de apoio por parte da psicologia com intervenções jurídicas para prevenir e evitar situações que coloquem a saúde mental de crianças e adolescentes a mercê de transtornos psicológicos, trazendo processos e características deste fenômeno com conceitos, como se dá sua ocorrência, ressaltando também os sintomas e possíveis danos causados às vítimas desta prática no contexto brasileiro.

Em síntese, o divórcio em si não é um problema para os filhos quando se trata de um processo realizada com respeito e consensos necessários entre as partes. Já nos casos de separação conjugal conflituosa, o que realmente implica são as repercussões emocionais, as quais podem gerar sentimentos de mágoas e frustrações para aqueles (as) que vivenciam tal situação.

A psicoterapia e a interferência do meio jurídico podem ser métodos de intervenções para crianças e adolescentes vítimas de manipulações psicológicas por parte do(s) genitor(es). Além disso, a convivência com ambos os responsáveis pode ser uma forma eficaz para um bom desenvolvimento psicológico dos filhos. A discrepância de opinião entre os genitores é

sinalizada como abuso emocional na convivência familiar entre os filhos e apresentada como um mecanismo falho do(s) genitor(es) que os impedem de promover uma boa relação com uma proposta em comum para o desenvolvimento de seus filhos.

Logo, a atuação da psicologia jurídica, no âmbito do direito familiar, visa o auxílio em questões relativas à saúde mental voltando-se à psicodinâmica familiar dos envolvidos em busca de uma melhor solução para o litígio, em todos os processos judiciais atinentes às relações de família, além do assessoramento aos juízes nos processos de divórcio, nas medidas adotadas na guarda dos filhos e regulamentação de visitas.

O projeto tem como objetivo elucidar a psicologia jurídica como fonte de contribuição nos casos de crianças e adolescentes vítimas do conflito por divórcio litigioso. Além disso, visa discutir problemas sociais e psicológicos das crianças e adolescentes em decorrência da vivência do divórcio litigioso; identificar o papel da psicologia jurídica em situações de conflito por separação conjugal; analisar a proposta da guarda compartilhada como uma das medidas preventivas da prevalência dos conflitos conjugais e descrever sobre a alienação parental, apontando suas consequências e mudanças. Portanto, a partir das considerações realizadas, percebe-se a importância da pesquisa sobre a atuação do psicólogo jurídico neste contexto, principalmente por atingir milhares de crianças. Sendo assim, questiona-se: Como a psicologia jurídica pode contribuir nos casos de crianças e adolescentes vítimas de conflito por separação conjugal?

2 IMPACTOS DA SEPARAÇÃO CONJUGAL LITIGIOSA NO ASPECTO SOCIAL E PSICOLÓGICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O motivo pelo qual os conflitos chamam a atenção dos cientistas sociais está relacionado ao seu caráter antagônico pois a palavra “conflito” volta a questões sobre luta, briga, desavença, entre as partes, e conseqüentemente, a pensar a respeito das alternativas de rompimento, finalização e resolução, visto que, o fenômeno pode estimular muita angústia e sofrimento das partes envolvidas no processo.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei 8.069, de 1990, define-se a adolescência como a faixa etária de 12 a 17 anos de idade, de acordo com o art. 2º do ECA; "considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e

adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Dessa forma, a adolescência é formada por uma fase de consideráveis mudanças, tanto no corpo quanto no psicológico da vida dos indivíduos durante essa fase, de modo haver um fortalecimento da personalidade do ser humano, bem como intensidade das angústias, do desgosto, dúvidas e desejos dos momentos felizes, de forma mais notória que em outras fases da vida.

Segundo a revisão de Cohen (2002), frente ao divórcio parental, a criança ou o adolescente pode apresentar uma autonomia prematura, com a falta de idealização de cada responsável. Também constatou que entre 3 e 5 anos as crianças podem manifestar agressão, regressão, ansiedade de separação e problemas somáticos. Além disso, sentimentos de raiva e desordem mental podem levar a problemas de relacionamento, uso de substâncias, problemas acadêmicos e dificuldades de relacionamento, depressão, agressividade e delinquência (KELLY E EMERY, 2003).

O mal-estar dos filhos no contexto pós separação também foi exposto por aqueles entrevistados que se sentiram como joguetes entre os responsáveis. "Fala para o seu pai isso, fala para a sua mãe isso, e eu e o meu irmão na berlinda, no meio", expõe, com tristeza, um rapaz de 23 anos (BRITO, 2019, p. 38). O que acaba colocando o filho em uma situação complicada em meio às discussões, quando na verdade não tinha que presenciar os desentendimentos dos pais.

Além disso, Brito também fala sobre alguns entrevistados se queixarem de que os genitores, ao desqualificarem o ex-cônjuge, comparavam os defeitos ou dificuldades dos filhos ao comportamento do outro genitor. Segundo uma entrevistada, de 27 anos, foi preciso ter mais idade para poder perceber o que estavam fazendo e questionar os pais se "tudo que não presta (nela) é lixo genético do outro" (BRITO, 2019, p. 38). São situações como essas de confusão mental que podem acabar afastando o filho do outro genitor, o que acaba gerando frustrações e até problemas psicológicos.

Hetherington (1999) realizou um estudo em que altos níveis de conflito em famílias divorciadas colocam crianças e adolescentes em alto risco socio-emocional e acadêmico na parentalidade e no apoio de uma rede maior e que os efeitos do divórcio e do conflito conjugal são generalizados e afetam muitos aspectos do desenvolvimento infantil devido aos altos níveis de estresse causados pelo conflito entre os pais e a consequente relação disfuncional entre pais e filhos.

Dessa forma, surge a necessidade de apontar observações a respeito da conciliação e mediação e/ou processo jurídico, como um dos meios de intervenção para vítimas de violência psicológica, assim como tratamento psicológico para a eficácia de doenças mentais na criança e no adolescente, trazendo uma possibilidade de aplicação da conciliação e mediação familiar como uma forma minimizadora de conflitos gerados pela divisão parental.

2.1 A família e o seu papel na constituição psíquica

Em um dos artigos de Winnicott (1965) “Família e maturidade emocional” (1965), ele escreve que seu tema é “o papel desempenhado pela família no estabelecimento da saúde individual”, o que, segundo ele, suscita a seguinte questão: “seria possível ao indivíduo atingir a maturidade emocional fora do contexto familiar?” (WINNICOTT, 1965, p. 129). E ele próprio responde:

Se aceitarmos como correta a identificação entre saúde e maturidade relativa, devemos ter como certo que o indivíduo só possa atingir sua maturidade emocional num contexto em que a família proporcione um caminho de transição entre os cuidados dos pais (ou da mãe) e a provisão social. (WINNICOTT, 1965, p. 136).

Dessa forma, é possível observar que o papel dos pais na vida dos filhos é de extrema importância principalmente em momentos de caos familiar, visto que, o desenvolvimento psicológico nessa fase inicial da vida é o fato essencial de aprendizado, seja experiências boas ou ruins, é onde vai marcar seu papel futuro, pois a criança vê os genitores como uma figura hierarquicamente superior e influenciadora, podendo afetar nesse caso, de forma negativa, quando se trata de violência física e ou psicológica.

Diante disso, Winnicott (1945, p. 129) descreve:

Uma criança é realmente sensível às relações entre seus pais e se tudo corre bem entre as paredes do lar, por assim dizer, a criança é a primeira a mostrar apreço por encontrar a vida mais fácil [...]. Suponho ser isso o que uma criança entenderia por “segurança social”.

O ambiente em que a criança vive tem o dever de fazer a mesma se sentir segura por ser o primeiro campo em que ela entrará em contato, pois se a criança não se sente protegida e cuidada em casa, fora do lar ela também não se sentirá resguardada.

A relevância que o convívio familiar possui sob o prisma psicológico de cada indivíduo, em especial para seu desenvolvimento emocional, com a seguinte percepção “A família tem seu

próprio crescimento, e a pequena criança experimenta mudanças que advêm da gradual expansão e das tribulações familiares” (WINNICOTT, 1993, p. 247). Ou seja, o ator descreve que a criança absorve todo o campo em que está vivendo e adquirindo conhecimentos (no ambiente familiar), os quais geram mudanças e influenciam fortemente em sua fase de crescimento.

Segundo o art. 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Deste modo, o estatuto garante proteção integral na infância e na adolescência, atribuindo responsabilidades à família, criando condições para que crianças e adolescentes se desenvolvam de forma saudável, livres da violência psicológica.

O ECA (1990) traz que toda criança tem o direito de ser cuidada e educada por sua mãe e por seu pai, independentemente do fato de estes residirem juntos ou não. No que se refere à guarda, compreendeu-se que a desigualdade, até então praticada, não seria um fator natural, ressaltando-se a importância de se garantir o acesso da criança tanto à linhagem materna como à linhagem paterna.

No artigo de Brito (2019), observou-se que a dissolução de uma relação conjugal costuma acarretar um complexo processo de mudança para os diversos componentes do núcleo familiar, devendo-se tomar cuidado para que os filhos não sejam fortemente afetados por desdobramentos que possam prejudicar seu conforto.

Além disso, Brito ressalta a importância da presença e convivência dos pais após o processo de divórcio:

Apontaram os entrevistados que muitas alterações em suas vidas decorrentes do divórcio dos pais não foram passageiras, sugerindo que a redução acentuada no relacionamento com um dos genitores, geralmente o pai, acarretou sentimentos e vivências de perda no relacionamento anos depois. Para muitos, o maior impacto foi essa desestabilização no relacionamento com o pai, quer seja por um período de tempo, quer seja ao longo de suas vidas. Aqueles que mantiveram um estreito contato com ambos, freqüentando as duas casas, mostraram menor desgaste emocional com o divórcio dos pais. (BRITO, 2019, p. 44).

Dessa forma, podemos perceber que presença paterna é tão fundamental quanto a materna para a construção da identidade da criança. A saída de um dos pais da residência não é a única mudança na vida dos filhos que acompanha o divórcio parental.

2.2 Divórcio

Desde o advento da Lei do divórcio (Lei Federal nº 6.515, 1977), apesar da guarda compartilhada ser incentivada por autoridades judiciais e órgãos de família, como forma de divisão de responsabilidade e valores, os números mostram um crescimento insipiente até o momento, onde representou apenas 7,5% dos casos de divórcio no Brasil.

Segundo o IBGE (2022) o número de divórcios no Brasil chegou a 351.153 em 2011, um crescimento de 45,6% em relação a 2010 (241.122). Isso fez com que a taxa de divórcios atingisse o maior valor desde 1984 (2,6 divórcios para cada mil habitantes) ainda maior que no ano anterior (1,8‰).

Os conceitos de divórcio e separação judicial, embora muito semelhantes, são diferentes quando se trata de análise jurídica. A separação judicial é a separação do corpo mantendo a relação conjugal. Assim, o divórcio promove a rescisão definitiva e imediata do casamento, ressaltando que, as dificuldades conjugais não afetam e não são exclusivas do casal, pois o estado de desacordo entre os pais é tão chocante para as crianças quanto para os casais. A forma como cada membro de um casal lida com o fim de um casamento pode proporcionar aos filhos melhores ou piores detalhes da separação (ALMEIDA, 2010).

No entanto, Mcgoldrick (1995, p. 23) afirma que: “Uma interrupção ou deslocamento do tradicional ciclo de vida familiar, produz um tipo de profundo de desequilíbrio que está associado às mudanças, perdas e ganhos no grupo.” Devido ao processo de divórcio, o desenvolvimento normal da vida familiar é interrompido, causando mudanças repentinas.

2.3 Ansiedade de separação

Segundo Asbahr (2004) o transtorno de ansiedade de separação é caracterizado por ansiedade excessiva por estar longe de casa ou de figuras de apego. Além disso, o autor destaca que os

comportamentos emocionais exagerados ao afastamento dos pais também podem fazer parte do funcionamento normal de crianças pequenas.

Essas respostas costumam ser observadas na fase pré-escolar, onde essas crianças se sentem inseguras sem um cuidador, configurando a ansiedade de separação como um transtorno quando se torna inapropriada para os níveis de desenvolvimento ou interfere no funcionamento da vida cotidiana do ser humano. (Suveg & cols., 2005).

Crianças e adolescentes que ficam sozinhos temem que algo aconteça com seus pais ou com eles mesmos, como separação, acidente, sequestro, roubo, etc., que os afaste para sempre (Last, 1996). Como resultado, eles se tornam excessivamente apegados aos seus genitores e não permitem que eles saiam. Em casa, eles se recusam a dormir e precisam de companhia constante, além de apresentar pesadelos por causa do medo da separação. (March 1995).

À vista disso, o conflito interparental é visto como um fator de risco com grandes consequências no ajustamento da criança à separação no divórcio dos pais (Buchanan, 2001). É preciso estabelecer segurança, afeto, carinho e a presença na guarda compartilhada para que a criança cresça sabendo que está em um ambiente seguro no qual terá a atenção e afeto de ambos os pais nesse momento de grande fragilidade e agitação (Souza, 2000).

Dessa forma, é notória a necessidade de acompanhamento psicológico entrelaçada ao direito da guarda compartilhada, pois quando o distúrbio aparece na infância ou adolescência e não é tratado adequadamente, aumenta a probabilidade de piorar progressivamente ao longo da vida. (Walkup & cols., 2008).

3 GUARDA COMPARTILHADA

As Estatísticas do Registro Civil 2011, revelam também o crescimento da guarda compartilhada dos filhos. Assim, compreende-se que é considerável o número de crianças que vivem em famílias no qual os pais não moram mais juntos em um casamento, surgindo a necessidade de adequá-las a esse novo ambiente.

A guarda compartilhada tem sido debatida no meio acadêmico, e as decisões judiciais em processos de guarda de filhos já foram tomadas antes mesmo da promulgação da Lei

11.698/2008, que criou e regulamenta a guarda compartilhada. No que se refere à convivência de famílias e comunidades e igualdade entre pais e mães, entende-se que ambos os genitores são perfeitamente possíveis de executar a guarda (ECA, 1990).

De acordo com a Lei 11.698/2008, art. 1º, § 1º, A tutela conjunta é entendida como a corresponsabilidade e o exercício dos direitos e deveres dos direitos de família dos filhos comuns de pais e mães que não vivam sob o mesmo teto. A legislação coloca a guarda compartilhada em outro patamar legal que deve ser priorizado como estratégica para a convivência familiar dos filhos, pais e demais membros do núcleo familiar de forma saudável.

Portanto, apesar do sofrimento vivenciado pelos filhos frente à desunião, a falta de comunicação e de informação entre os pais e a criança sobre a separação conjugal e a guarda dos filhos, pode aumentar o enfrentamento desta situação (SOUZA, 2000). Dessa forma, surge a necessidade de esclarecer a situação de divórcio aos filhos, conversando e explicando sobre o assunto, permitindo que estes façam perguntas e recebam respostas, ajudando assim, sua forma de enxergar o divórcio como algo natural.

Acredita-se que a guarda compartilhada possa funcionar como suporte social simbólico, oferecendo sustentação à dimensão privada do exercício da maternidade e da paternidade. Nesta modalidade de guarda busca-se uma divisão mais equilibrada do tempo que cada pai passa com o filho, garantindo-se também a participação dos dois na educação da prole (BRITO, 2003).

Determinar o cuidado conjunto mostrará simbolicamente aos pais que não há um único responsável pela criança, pelo contrário, reafirma-se o duplo parentesco. À vista disso, Hurstel (1999) sugere atentar para a interseção do individual e do coletivo, reconhecendo que o contexto social pode favorecer ou prejudicar o exercício da paternidade ou da maternidade.

Dessa forma, quando se trata de crianças, “devemos escutá-las, como pessoas que têm o que dizer sobre seus sentimentos, entendendo o sentido dessa vivência, pode ressignificar tal experiência para todo o grupo familiar e inverter a lógica do conflito pela mediação dos interesses em jogo” (BRITO, 2003).

3.1 Psicologia Jurídica como meio de intervenção

Em 29 de outubro de 2012 foi promulgada a Resolução CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos, prevendo no artigo 5.º que: “o psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional desde que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas”.

O sistema de Justiça realiza cada vez mais seus questionamentos aos profissionais de diferentes áreas, tais como o psicólogo, para que lhe apresentem contribuições que possam ir “além do que o cidadão comum pode intuitivamente compreender ou explicar” (FONSECA; MATOS; SIMÕES, 2008, p.3).

Em processos judiciais de Vara de Família, a sequência dos atos processuais é codificada pelo Código de Processo Civil. O rito formal tem que ser obedecido sob o risco de se considerar inválido o seu resultado final. A entrada do psicólogo em tais casos é formalizada pelo instituto da perícia, entendida como forma de trazer subsídios específicos ao caso em julgamento. Como nos diz Shine (2005, p. 16).

Obviamente que a intervenção do psicólogo é condicionada por regras jurídicas e dentro de um contexto institucional legal cujo objetivo é fornecer subsídios à autoridade judicial. Logo, seu comprometimento com a tarefa da autoridade judicial está posto desde o início, condicionando a forma que as pessoas atendidas (avaliadas, na linguagem do contexto de avaliação de guarda) se comportarão com o profissional.

Ou seja, quando se trata da vara da família, o psicólogo é procurado para intervir em soluções jurídicas, ou seja, uma sentença que dê uma solução legal para um conflito interpessoal, como por exemplo, a disputa de quem fica com a guarda dos filhos ou a guarda compartilhada.

Rosenn (1998) demonstra como a ciência jurídica pode se fechar para a real percepção das coisas: “Encarar o direito como ciência e a educação jurídica como um meio de conferir dogmaticamente o verdadeiro significado das normas legais, tem provocado um divórcio entre o sistema jurídico formal e a conduta real” (1998, p. 63).

Os processos de separação e divórcio envolvendo psicólogos são em sua grande parte litigiosos, ou seja, são processos em que as partes não chegam a um acordo sobre as questões envolvidas em um processo dessa natureza. Pode ser bem difícil um casal chegar a um

consenso sobre a separação de uma forma racional (SILVEIRA, 2006).

Dessa forma, um psicólogo pode atuar como mediador e ser chamado para avaliar um ou ambos os cônjuges nos casos em que os litigantes estejam dispostos a tentar chegar a um acordo, ou quando um juiz decidir que a mediação não é viável. Os procedimentos incluem divisão de propriedade, guarda dos filhos, determinação de pensão alimentícia e direitos de visitação.

Sendo assim, o psicólogo, seja como avaliador ou mediador, busca as causas das desavenças do casal, bem como potenciais conflitos que impeçam as partes de chegarem a um acordo sobre os aspectos mencionados. Os psicólogos podem até recomendar encaminhamentos para tratamento psicológico ou psiquiátrico, se necessário. (SHINE, 2005).

Os pais que colocam os interesses e a vaidade pessoal à frente do sofrimento que os litígios podem causar aos filhos ao tentar ferir ou ferir o ex-companheiro revelam que têm problemas em exercer uma parentalidade madura e responsável (CASTRO, 2005). Assim, a reconciliação não é uma prática comum nestes casos, pois surgem graves conflitos entre os ex-cônjuges, devido aos quais discutem sobre os filhos em tribunal.

Logo, é importante ressaltar a necessidade constante de atualização do profissional que atua nos Tribunais, não apenas no contexto da psicologia em si, mas também no tocante aos ditames legais já estabelecidos e aos avanços efetuados pelas sociedades, uma psicologia sempre presente em momentos históricos e culturais que ajudam a intervir diversos acontecimentos através de seu papel e sua ética (ROSENN, 1998).

4 ALIENAÇÃO PARENTAL

Na década de 80, Richard Gardner, um psiquiatra norte americano, realizou estudos sobre filhos de pais divorciados e a influência que o divórcio tinha sobre a relação das crianças e dos genitores, chegando à conclusão de que, às vezes, os filhos eram usados como instrumento de vingança de um genitor em relação ao outro, causando sentimentos de rejeição na criança em relação a um dos genitores.

Nas palavras de Maria Berenice Dias (2022), estudiosa sobre o tema:

A tentativa de romper o vínculo de convivência entre pais e filhos sempre foi a arma utilizada por quem não aceita o fim do sonho do amor eterno. Como a culpa é sempre atribuída ao outro, surge enorme desejo de vingança. E é nesta hora se descobre que o ódio ao parceiro é maior do que o amor aos filhos. (DIAS, 2022).

Nessa ótica, a AP é vista como um mecanismo que atinge os filhos a fim de gerar ressentimentos ao parceiro, quando a verdadeira intenção do termo seria a divisão de guarda e o bem-estar dos mesmos.

A alienação parental é um dos temas mais delicados tratados pelo direito de família, considerando os efeitos psicológicos negativos que podem provocar nas relações entre pais e filhos em especial a vítima, (criança/adolescentes). Atualmente, o conceito de alienação parental está previsto no art. 2º da Lei nº. 12.318/2010, que apresenta:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, segundo existente no texto de lei, compreendemos que se trata de condutas praticadas por um dos genitores ou responsável em contato com a criança ou adolescente de forma intencional ou não influenciando, inventando fatos inexistentes ou alterando situações ocorridas implantando falsas memórias com a intenção de afastar ou dificultar o convívio familiar, na vida desses seres, acarretando interferências na formação psicológica da criança ou do adolescente.

São exemplificados atos de alienação parental:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010a).

A AP fere, portanto, o direito fundamental da criança à convivência familiar saudável, descumprindo os deveres relacionados à autoridade dos pais ou decorrentes de tutela ou guarda.

4.1 Diferença entre alienação parental e síndrome da alienação parental

A alienação parental (AP) é a desconstituição da figura parental ante a criança ou adolescente. Manipulada e influenciada como um objeto de vingança para transformar aquele genitor que antes era parte da sua vida em uma pessoa mau, ruim. Todavia, a alienação pode ser vista como uma violência silenciosa, afetando aos poucos, por meios verbais, a formação psicológica da criança ou do adolescente descritos no Art. 2º da Lei nº 12.318/10, seus parágrafo e incisos.

Segundo Maria Berenice Dias (2010), o alienador se aproveita de sua relação próxima com a criança, transfere para ela suas próprias angústias e frustrações na tentativa de influenciar o outro genitor, e com o passar do tempo e com atos repetidos dessa violência emocional, a criança passa a se culpar inconscientemente. Logo, isso vai sendo processado para a criança como verdade e aos poucos vai perdendo o respeito e o carinho pelos pais distantes, gerando "falsas memórias" plantadas em sua mente.

Sendo assim, todo esse processo se encaminharia para o adoecimento psicológico da criança, gerando a síndrome da alienação parental (SAP), que são os resultados emocionais e psicológicos dessa alienação parental e as ações comportamentais nas crianças ou adolescentes que são ou foram vítimas dessa violência. É um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças.

A SAP foi estipulada pelo psiquiatra americano Richard Gardner na década de 1980 como um distúrbio em crianças, especialmente menores envolvidos em disputas de custódia dos pais. Na ótica do autor, a síndrome resulta da programação ou lavagem cerebral de um dos pais que faz com que a criança abandone o outro como responsável (Gardner, 2001).

Logo, a SAP é vista como o resultado de uma combinação de instruções dos pais (fazer "lavagem cerebral, programar, doutrinar") e a calúnia da própria criança ao cuidador alvo.

4.2 Atualizações sobre a Lei da AP: ponto de vista da psicologia jurídica

Desde a promulgação da Lei 12.318/2010, discute-se no sistema do Conselho de Psicologia a alienação parental e a síndrome da alienação parental. Em 2016, no IX Congresso Nacional de Psicologia (CNP), foi debatido acerca de um espaço para elaboração de documentos de

orientação e facilitação da discussão do papel qoacabrado psicólogo relacionado à AP.

Na Resolução nº 06/2019, 2019 do CFP, é destacada a importância de:

Intervir sobre a demanda e construir um projeto de trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provocam o sofrimento psíquico, a violação dos Direitos Humanos e a manutenção ou prática de preconceito, discriminação, violência e exploração como formas de dominação e segregação (Resolução nº 06/2019, 2019, Artigo 7º, § 4º).

Nessas propostas e resoluções é visto que a teoria de Gardner transforma em patologia o exercício dos direitos legais da mulher que, em determinadas situações, defende os seus filhos. Em contrapartida, podemos considerar que tais argumentos não são outra coisa senão a admissão de que as teses de Gardner mascaram a desigualdade entre os gêneros, provando assim, que o argumento é pouco mais do que um disfarce das desigualdades entre os sexos.

Na intercessão da Lei de Alienação Parental (Lei 12.318/2010, 2010), Brockhausen (2019) afirma que Gardner remodelou o tema original de alienação parental para atribuir gênero neutro aos agentes alienadores. O autor destina, portanto, parte de seu livro à alienação masculina, embora também aponte que as mães são mais bem-sucedidas nas práticas de alienação porque passam mais tempo com seus filhos, ou a primeira conexão que forma a primeira infância.

A partir disso, diante das disputas judiciais enfrentadas pelos juízes, os pais primeiro sustentam a condição de tutores, muitas vezes para ganho pessoal, com o objetivo de causar danos emocionais ao ex-cônjuge ignorando muitas vezes a saúde psicológica da criança e do adolescente (Madaleno, 2011). Realiza, portanto, uma avaliação emocional da formação das relações de parentesco sob o ponto de vista do cumprimento da Lei de Alienação Parental (Lei 12.318/2010 de 2010).

Por outro lado, alguns especialistas no assunto, como membros do Conselho Nacional de Saúde, se opõem veementemente a tal classificação de Richard Gardner, pois a comunidade internacional não reconhecia a síndrome como uma doença. Os estudos de Gardner não incluem nenhum código que classifica doenças geralmente reconhecidas pela comunidade científica (CID - Classificação Internacional de Doenças) como podemos ver no trecho abaixo:

Considerando que a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre alienação parental, foi elaborada a partir da “síndrome de alienação 11 parental”, conceito sem validação científica, não reconhecido como síndrome pela American Medical Association, pela American Psychological Association e não constando no Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM) da American Psychiatric Association como um transtorno psiquiátrico. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2022).

Ou seja, segundo o Conselho Regional de Saúde, a AP e a SAP não são vistas como uma base científica. O código de ética da psicologia, no entanto, não poderá aplicar os termos devido à falta de validação e resoluções em sua função.

Outro fato que chamou a atenção nas entrevistas com os profissionais do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) foi a prevalência de denúncias de violência sexual quando esta estava em meio à alienação parental. No entanto, o abuso sexual é muito difícil de provar, por isso o trabalho de assistentes sociais e psicólogos em maior escala para verificar se há evidências de abuso sexual infantil, onde poucos casos foram encontrados. Um sinal que exige que crianças vítimas de abuso sexual vivam com e sob o controle total do pai abusivo.

Nesse sentido, por iniciativa da Comissão Parlamentar de Investigação de Maus-Tratos (CPIMT), ganhando destaque o PL 498/2018, vários projetos de lei foram elaborados defendendo a revogação da Lei nº 12.318/2010 para proteger as crianças que vivem com pais abusivos que usam a lei para exigir que fiquem com seus filhos e até mesmo encerrar a custódia do pai reclamante.

Sendo assim, pensando em todos esses fatos, em maio de 2022, o Governo Federal publicou a Lei [14.340](#) da nota técnica Nº 4/2022/GTEC/CG que altera a Lei 12.318/2010 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alterando as regras voltadas à AP. As mudanças não atendem às críticas e demandas dos movimentos sociais e de participantes da sociedade civil, que se manifestaram contrários à lei nos últimos anos.

Dessa forma, o Conselho Federal de Psicologia (2022) considera que:

As psicólogas e os psicólogos não fundamentem suas análises e conclusões acerca dos membros do grupo familiar e de suas dinâmicas relacionais com base no ilícito civil, definido pela Lei nº 12.318/2010 como alienação parental (CFP, 2022).
A inexistência de consenso no campo da ciência psicológica e na categoria profissional quanto ao uso dos termos Síndrome de Alienação Parental e Alienação Parental em avaliações que tratam dos conflitos conjugais e familiares judicializados, que podem comprometer a parentalidade e o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes (CFP, 2022).

Com essa nova resolução sobre a AP, espera-se que a psicologia como ciência e profissão não aceite mais os termos AP e SAP, pois os mesmos não são vistos como um fato científico, mas sim o contrário de toda ação eficaz de uma guarda compartilhada. Priorizando assim, as crianças, adolescentes vítimas de quaisquer abusos seja ele físico ou psicológico. Validando também o gênero feminino e sua fala diante de todo o processo de divórcio.

5 MÉTODO

Esta pesquisa seguiu a metodologia de revisão exploratória bibliográfica e qualitativa do tipo revisão integrativa da literatura, pesquisando os temas voltados ao trabalho através de levantamento de referências teóricas publicadas em meio eletrônico, encontrados em livros, artigos e sites científicos.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamentos de dados nas bibliotecas virtuais BVS, PUBMED, MEDLINE, PEPISIC, SCIELO e LILACS na busca por artigos científicos a respeito do tema. Foram utilizados como descritores em ciências da saúde e os estudos jurídicos: Psicologia and Divórcio and Mediação Familiar.

Os critérios utilizados para a inclusão dos artigos científicos nesta revisão bibliográfica, foram artigos publicados na língua portuguesa, língua inglesa e espanhola, artigos gratuitos e com livre acesso, artigos que possuem resumos disponíveis nas bases de dados utilizadas e artigos relacionados ao tema proposto no projeto. Os critérios de exclusão adotados serão: capítulos de livros, periódicos que não foram revisados por pares e; artigos duplicados na base de dados.

Dessa forma, a trabalho apresentado visa acompanhar o papel do psicólogo jurídico no processo de dissolução do casamento do ponto de vista da ciência psicológica, focando, principalmente, na saúde da criança e do adolescente em situações de conflito por separação conjugal. Apontando os causas e consequências de todo esse processo com o intuito de alcançar um melhor resultado na ressocialização e na redução do sofrimento psíquico das crianças e adolescentes. Nesse sentido, é de grande importância a produção desse estudo para colaborar com as discussões e ampliação dos estudos a respeito da temática em questão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados que foram esperados dessa pesquisa, consideraram a psicologia em grande foco com intervenções jurídicas, com o intuito de prevenir e evitar situações que coloquem a saúde mental de crianças e adolescentes a mercê de transtornos psicológicos. Além disso, possibilitar que o casal que passa pelo divórcio litigioso esteja ciente de seus atos e consequências na vida de seus filhos.

O presente projeto consistiu em relatar impactos psicológicos na criança e no adolescente em situações de conflito por separação conjugal. O projeto preocupou-se nos transtornos psicológicos que podem ser desenvolvidos nas crianças e adolescentes vítimas do processo do divórcio litigioso, trazendo a psicologia jurídica junto a mediação familiar como um meio de intervenção nesses casos.

Logo após a execução dos critérios de inclusão e exclusão, chegou à conclusão de 32 artigos no total, os quais faziam parte das bibliotecas virtuais BVS, MEDLINE, PUBMED e LILACS: PEPISIC, SCIELO. Marcando os idiomas português e inglês restaram 29 artigos, onde 9 foram excluídos por não ter ligação com o contexto do tema e por serem duplicados e 13 artigos excluídos por não serem gratuitos. Após serem removidos, ficaram o total de 7 artigos para a elaboração.

As pesquisas selecionadas foram de acordo com sua temática e metodologia. Procurou-se por metodologias como pesquisa de campo, estudos transversais, observacionais, analíticos e descritivo-exploratório. Foram escolhidos aqueles que apresentavam maior credibilidade ao tema, explorando o divórcio litigioso e suas consequências.

Quadro 1 - Síntese dos artigos selecionados para a revisão bibliográfica.

Titulo	Autores	Ano	Base de dados	Principais resultados
A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada	Andréia Sorensen Weber; Mônica Sperb Machado; Caroline Rubin Rossato Pereira	2021	LILACS- SCIELO	Os resultados deste estudo mostram que apesar de a guarda compartilhada ser um direito comum no ordenamento jurídico brasileiro, os ex-casais entrevistados não a utilizavam mesmo tendo esse direito de guarda.

Título	Autores	Ano	Base de dados	Principais resultados
Mediação familiar e psicologia: articulações teórico-práticas na realidade brasileira	Ayla Bianca Silva Chaves; Laura Cristina Eiras Coelho Soares; Camilla Felix Barbosa de Oliveira; Fábio Henrique Albuquerque Corrêa	2022	LILACS-SCIELO	Essa revisão de literatura concluiu que a psicologia tem desempenhado um papel importante no campo da mediação familiar no Brasil, agregando de diversas formas para a solidificação de tais práticas e o cumprimento de seu papel.
Reflexões acerca da demanda atendida por um serviço de psicologia em uma assistência judiciária gratuita	Caroline de Oliveira Mozzaquatro; Amanda Pansard Alves; Geresa Morgana Bloss LuccaI; Gabriela Clerici ChristofariI; Dorian Mônica ArpiniI.	2015	PEPSIC	As questões familiares foram umas das grandes contribuições possíveis da Psicologia jurídica no contexto de divórcio e divisão de guarda, enfatizando a possibilidade que os serviços psicológicos oferecem à família para refletir sobre seu papel como pais.
Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência?	Márcia Amaral Montezuma; Rodrigo da Cunha Pereira; Elza Machado de Melo	2017	LILACS-SCIELO	A teoria da AP de Gardner apresentada na forma de sua própria lógica circular, baseada na literatura e na percepção dos entrevistados, mostrou-se completamente contraditória do ponto de vista psiquiátrico, pois todos veem a AP como um conflito familiar, não como uma síndrome.
Vivências de um serviço de psicologia junto a um núcleo de assistência judiciária	Sabrina Daiana CúnicoI; Caroline de Oliveira MozzaquatroI; Dorian Mônica ArpiniII; Milena Leite SilvaII	2010	LILACS-PEPSIC	Percebe-se que a mediação familiar foi uma forma eficaz de resolução dos casos apresentados, pois foram experimentadas oportunidades de diálogo até o fim dos conflitos até que fossem resolvidos.
Aprofunde-se no divórcio: usando	David A. Sbarrae;	2008	PUBMED	Observou-se que o nível de não aceitação do divórcio, antecipa o

Titulo	Autores	Ano	Base de dados	Principais resultados
análises ator-parceiro para explorar diferenças sistêmicas no conflito de coparentalidade após a resolução de disputas de custódia	Robert E. Emery			nível inicial de conflito. Os resultados confirmaram esta hipótese, e a consequência foi particularmente pesado para os pais. Eles descobriram que as diferenças na aceitação dos pais em relação ao divórcio prejudicavam as negociações de mediação.
Como funcionou? Para quem funcionou? Mediação no Contexto de um Efeito de Prevenção Moderada para Filhos do Divórcio	Jenn-Yun Tein, Irwin N. Sandler, David P. MacKinnon e Sharlene A. Wolchik	2021	PUBMED	Os resultados atuais indicam subgrupos que se favoreceram da mediação e, portanto, pretendem praticá-la, ajudando principalmente as crianças de famílias divorciadas que apresentavam alto grau em exclusão e baixa qualidade do relacionamento mãe-filho.

Fonte: Próprio autor.

Ao se discutir em relação aos filhos do divórcio e as intervenções a serem analisadas para uma melhora no desenvolvimento da criança e do adolescente, foi perceptível notar o quanto a guarda compartilhada é fundamental em situações de casais separados, pois a mediação traz uma relação mais próxima entre os filhos e seus pais, onde ambos possam participar igualmente e decidir sobre o cuidado, proteção e educação dos filhos mesmo após o fim do casamento. Mesmo que haja divergências pessoais ou ressentimentos entre os pais, os interesses dos filhos devem vir em primeiro lugar. A guarda compartilhada é a melhor opção para crianças que vivem juntas em uma família onde os pais são divorciados, assim, uma forma de garantir que os pais estejam ativamente envolvidos na vida de seus filhos, onde podem compartilhar decisões importantes relacionadas aos filhos, preservando os laços que uniam pais e filhos antes da separação. Dessa forma, é nítido perceber que a guarda conjunta pode ser um meio legal de proteger uma criança em situações em que o divórcio pode causar dano e vingança entre os pais (CHAVES et al., 2022).

Os resultados deste estudo destacam que, embora a guarda compartilhada seja o regime de guarda padrão no ordenamento jurídico brasileiro, os casais entrevistados anteriormente, apesar da existência de tais regimes de guarda, não a aplicavam de acordo com a lei n. 13.058 (2014). Concluiu então, que quem convive com o menor é, de fato, o responsável pelo mesmo. Assim, os pais que moram com os filhos são responsáveis pelos cuidados diários, pelo tempo livre,

pelos compromissos importantes e pelas decisões a serem tomadas. (WEBER; MACHADO; PEREIRA, 2021).

Estudos foram feitos e analisados para examinar a eficácia dos programas para problemas de saúde mental no divórcio e relatar sua eficácia na redução de conflitos familiares após o divórcio. Os principais efeitos foram necessários, dando maior resultado eficaz ao parar para observar a fala das crianças, revisar a fala das crianças, disciplinar eficazmente e avaliar a qualidade da relação mãe-filho e as atitudes de mães para com os pais em conflito parietal. Observa-se, assim, uma redução dos problemas conflituosos alicerçados na qualidade e disciplina da relação mãe-filho, sendo este o primeiro exemplo de uma metodologia de análise da mediação dos efeitos (TEIN et al., 2021).

A teoria da AP de Gardner exposta na forma de sua própria lógica circular demonstrou certas inseguranças do olhar da psiquiatria, tanto na literatura quanto na visão dos entrevistados, pois eles compreendem a AP como um conflito familiar e não como uma patologia. Dessa forma, o Estado poderia ajudar as famílias cumprindo sua tarefa de proteger menores vulneráveis sem causar violência institucional. Os autores enfatizaram o abuso e outras formas de injustiça por parte do genitor alienado, motivos sociais e consequências na personalidade e desenvolvimento da criança. Assim, os resultados para os filhos não foram observados apenas na AP, pois se refere não apenas à exclusão, mas também à forma como os pais praticam a educação de seus filhos de acordo com os limites (MONTEZUMA; PEREIRA; MELO, 2017).

As experiências analisadas nos estudos científicos têm mostrado que a figura do mediador é importante, já que as partes buscam o atendimento com lógicas concorrentes a partir de seu entendimento do que é necessário para superar essa perspectiva de resolução de conflitos. Assim, abre-se uma oportunidade de diálogo, onde as questões objetivas do processo podem ser resolvidas e, além disso, abre-se espaço também para as questões emocionais, pois o mediador deve estar atento a todos os aspectos relacionados ao conflito. Percebe-se que a mediação familiar foi uma forma eficaz de solucionar os casos apresentados, pois esgotaram-se as possibilidades de diálogo até que as questões fossem resolvidas e, o mais importante, compreendidas pelas partes (CÚNICOI et al., 2010).

As descobertas sugerem que os pesquisadores estão observando mais de perto os padrões de influência interpessoal que operam para entender os conflitos parentais que surgem após o

divórcio e aqueles que persistem ao longo do tempo. No geral, os resultados sugerem que o uso de uma estrutura sistemática de mediação de divórcio é uma lente útil para entender melhor como indivíduos, ex-cônjuges e pais negociam relacionamentos após o divórcio (SBARRAE; EMERY, 2008).

À vista disso, as mudanças nos modelos de relacionamento exigem novos formatos de atuação do sistema judiciário. Portanto, a psicologia é um dos aspectos profissionais que podem ajudar a resolver esses conflitos litigiosos. Esta investigação demonstrou uma maior superioridade quanto ao número de resoluções de conflitos por meio da mediação no âmbito do litígio, o que pode indicar a importância de uma audiência de mediação em que as pessoas estejam abertas a uma prática favorável à autonomia para que consigam de forma consensual a resolução de seus conflitos. Os resultados deste estudo sinalizam que a estimativa entre direito e psicologia é favorável. Isso permite lidar de forma mais adequada com os casos que envolvem conflitos familiares. Esse aspecto ganha relevância quando levamos em consideração o fato de que a maioria dos casais, atendidos pelo serviço Psicológico, tinha filhos, em sua maioria crianças e adolescentes. E a maioria dos pedidos girava em torno dos filhos como pensão alimentícia e visitas, trazendo então, a psicologia jurídica como um meio à reflexão do papel parental (MOZZAQUATRO et al., 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos abordados no presente trabalho, entende-se que a infância é um período fundamental para o desenvolvimento do ser humano, é onde o processo de desenvolvimento está ganhando força e sensibilidade a novas dimensões psicossociais, então, as relações entre pais e filhos são fundamentais no processo de desenvolvimento necessitando assim, de um local cercado de afeto, proteção e valorização por parte dos pais.

Em seu escopo a pesquisa apresenta em si um estudo bibliográfico que traz a necessidade de construir uma rede de apoio/referenciais por parte da psicologia com intervenções jurídicas para prevenir e evitar situações que coloquem a saúde mental de crianças e adolescentes a mercê de transtornos psicológicos, carregando processos e características deste fenômeno com conceitos, como se dá sua ocorrência, ressaltando também os sintomas e possíveis danos causados às vítimas desta prática no contexto brasileiro.

A psicoterapia e a interferência do meio jurídico foram, em diversos aspectos, métodos interventivos para crianças e adolescentes vítimas de manipulações psicológicas por parte do(s) genitor(es). Além disso, foi possível notar através de estudos tanto qualitativos quanto quantitativos, que a convivência com ambos os responsáveis, a mediação familiar, pode ser uma forma eficaz para um bom desenvolvimento psicológico dos filhos. Além disso, o diálogo/mediação familiar foi visto como uma boa eficácia para promover uma boa relação com propostas em comum para o desenvolvimento de seus filhos.

Também foi de grande importância apresentar a “alienação parental” e suas consequências na vida das crianças e adolescentes vítimas do divórcio litigioso. Trazendo também a visão da psicologia jurídica e sua não aceitação do termo AP e SAP, visto que trouxe muito sofrimento físico e psicológico à criança, principalmente pelo fato de não ser uma comprovação científica na área da psicologia. Além de problematizações de gênero.

Sendo assim, atuação da psicologia jurídica, no âmbito do direito familiar, trouxe o auxílio em questões relativas à saúde mental da criança e do adolescentes nos conflitos em meio ao divórcio litigioso, voltando-se à psicodinâmica familiar dos envolvidos, levando em consideração melhores soluções para o litígio, em todos os processos judiciais atinentes às relações de família, além do assessoramento aos juízes nos processos de divórcio, nas medidas adotadas na guarda dos filhos e regulamentação de visitas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. **“Pai, mãe e filhos” já não reinam mais nos lares.** O Globo. 2012.
- AMATO, P. R. (2001). **Children of divorce in the 1990s: an update of the Amato and Keith (1991) Meta-Analysis.** *Journal of Family Psychology*, 15, 355-370.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2013.
- ASBAHR, F. **Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos.** *J. Pediatr. (R. J.)*. vol. 80 (2, supl). 2004.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde.** Recomendação Nº 003, de 11 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Art. 1634.

BRASIL. Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. **Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada.** Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos.** 2017.

BRASIL. **Registro Civil 2011:** Taxa de divórcios cresce 45,6% em um ano. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras providências.

BRITO, Leila M. T. **Referencias técnicas para atuação de psicólogos(as):** em varas de família. Edição revisada. Brasília, Leila Maria, 2019.

BROCKHAUSEN, T. (2019). **Retrospectiva da Lei de Alienação Parental, Conselho Federal de Psicologia.** In Conselho Federal de Psicologia, Debatendo sobre alienação parental: Diferentes perspectivas (pp. 116-133). CFP.

BUCHANAN C, HEIGES K. **When conflict continues after the marriage ends: effects of postdivorce conflict on children.** In: Grych H, Fincham F, editors. *Interparental conflict and child development.* New York: Cambridge University Press; 2001, p. 337-62.

CASTRO, L. R. F. **Disputa de guarda e visitas:** no interesse dos pais ou dos filhos? São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

CHAVES, A. B. S. *et al.* **Mediação familiar e psicologia: articulações teórico-práticas na realidade brasileira.** Artigo Psicol. Estud. 27. 2022.

COHEN, G. J. (2002). **Helping children and families deal with divorce and separation.** Pediatrics, 110, 1019-1023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2005). **Código de ética profissional do psicólogo.**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2019-2022). **Código de ética profissional do psicólogo.** NOTA TÉCNICA Nº 4/2022/GTEC/CG. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/SEI_CFP-0698871-Nota-Tecnica.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução n.º 007/2003.** Institui o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP n. 17/2002.

CÚNICO, S. D. *et al.* **Vivências de um serviço de psicologia junto a um núcleo de assistência judiciária.** Aletheia no.33 Canoas dez. 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Ajustes na Lei de Alienação Parental.** 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1814/Ajustes+na+Lei+da+Aliena%C3%A7%C3%A3o+parental>. Acesso em 27 jun. 2022.

FONSECA, A. F., MATOS, A., SIMÕES, A. (2008). **Psicologia e justiça: oportunidades e desafios**. In A. C. Fonseca (Ed.). *Psicologia e justiça* (pp. 3-35). Coimbra, Portugal: Almedina.

GARDNER, R. (2001). **Basic facts about the parental alienation syndrome**, 1-13.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HETHERINGTON E.M (1999) Should we stay together for the sake of the children? (ed.). **Coping with divorce, single parenting and remarriage: a risk and resiliency perspective**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 93-117.

HURSTEL, Françoise. **As novas fronteiras da paternidade**. São Paulo: Papyrus. p. 55.1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Registro Civil**. Rio de Janeiro: Autor, 2007.

KELLY, J. B. & EMERY, R. E. (2003). **Children's adjustment following divorce: risk and resilience perspectives**. *Family Relations*, 52, 352-362.

LAST CG, PERRIN S, HERSEN M, KAZDIN AE. **A prospective study of childhood anxiety disorders**. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*. 1996;35:1502-10.

LEI n. 13.058. (2014, 22 de dezembro). Altera os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - **Código Civil, para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação**.

LEI nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. (2010, 26 de agosto). **Dispõe sobre alienação parental**. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm.

MADALENO, R. **Curso de Direito de Família. Forense**. 2011.

MARCH JS. **Anxiety disorders in children and adolescents**. New York: Guilford; 1995.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2ª. Ed, 1995.

MONTEZUMA, M. A; Pereira, R. C; Melo, E.M. **Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência?** *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. 2017.

MOZZAQUATRO, C. O. *et al.* **Reflexões acerca da demanda atendida por um serviço de psicologia em uma assistência judiciária gratuita**. *Aletheia* no.46 Canoas abr. 2015.

RESOLUÇÃO nº 06, de 29 de março de 2019. (2019, 29 de março). **Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019**. Conselho Federal de Psicologia.

ROSENN, K.S. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1998.

SBARRAE, D. A; Emery, R. E. **Digging deeper into divorce: using actor-partner analyzes to explore systemic differences in coparenting conflict after resolution of custody disputes.** J Fam Psychol. 2008.

SHINE, S. **Avaliação psicológica em contexto forense.** In: S. Shine, (Org.), Avaliação psicológica e lei: Vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros, 2005.

SILVEIRA, M. V. **O litígio nas separações.** In I. M. C. C. Souza. Casamento uma escuta além do judiciário (p.281-290). Florianópolis: VoxLegem. (2006).

SOUZA, M. T. S; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**, v. 8, n. 1, 2010.

SOUZA, R. M. (2000). **Depois que papai e mamãe se separaram:** um relato dos filhos. Psicologia. Teoria e Pesquisa, 16(3), 203-211.

SUVEG, C.; Aschenbrand, M. A. & Kendall, P. C. (2005). **Separation Anxiety Disorder, Panic Disorder and School Refusal.** Child & Adolescent Psychiatric Clinics of North America,

TEIN, J. *et al.* **How Did It Work? Who Did It Work for? Mediation in the Context of a Moderated Prevention Effect for Children of Divorce.** J Consulte Clin Psychol. 2021.

TOLOI, Cunha, Dolores, Maria. **Filhos do Divórcio:** Como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação. 2006.

WALKUP, J. T. et. Al. **Cognitive behavioral therapy, sertraline, or a combination in childhood anxiety.** New England Journal of Medicine.

WEBER, A. S; MACHADO, M. S; PEREIRA, C. R. R. **A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada.** Artigo Psicol. cienc. prof. 41. 2021.

WINNICOTT, D. W. “A família e a maturidade emocional”. In D. Winnicott (2005/1965a). **A família e o desenvolvimento do indivíduo.** São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965p[1960].) 2005.

WINNICOTT, D. W. **Conversando com os pais.** São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1993a.). 1993.